

# Bem que o Lord avisou

William Waack

**S**E for um cínico, o Lord Lever of Manchester deve estar morrendo de rir. Há dois anos esse velhinho afável e simpático, aquilo que nunca se imaginou que um Lord fosse, escreveu um livro didático e bombástico que seus sisudos colegas da City, essa venerável instituição londrina, desprezaram e puseram na conta da senilidade do autor. Lord Lever, um financista de enorme reputação, achava que a crise do endividamento internacional só poderia acabar mal. E apontava o Brasil como uma das principais causas.

De fato, a ameaça que a suspensão (temporária?) de pagamentos dos juros decretada pelo Brasil significa para o sistema financeiro internacional é a maior desde o setembro negro de 1982, quando o México disse *no vá más*. Vendo as coisas a curto prazo — o principal vício de banqueiros e políticos — era difícil prever, em 1985, que justamente o gigante adormecido saísse quebrando a porcelana na loja que os banqueiros estão tentando recompor com a respiração presa.

No regime Figueiredo, o Brasil recusou-se a tratar da dívida externa como um problema eminentemente político, apesar das declamações governamentais em contrário. Cartel de devedores, bloco de calote, ação conjunta com los *hermanos* latino-americanos passaram sempre por ilusões de visionários. Era melhor, assegurava-se, tentar resolver as coisas em proveito próprio, utilizando-se de uma longa prática oportunista, às vezes apelidada de pragmática.

Essas coisas não necessariamente mudaram (a Nova República insiste tanto em preservar as coisas do passado político recente). Contudo, deixando de lado as chances perdidas no ano passado, quando o país estava forte, ou o casuismo de algumas decisões recentes, talvez uma das atitudes mais coerentes e conseqüentes dos atuais governantes brasileiros seja a politização que imprimiram ao problema da dívida externa.

O Brasil conseguiu um tento importante e abriu um precedente que provavelmente fará escola ao arrumar parte de sua dívida externa, a que devia a outros governos, sem ter de repetir o ritual estabelecido desde 1982, e ao qual os países industrializados (nossos principais credores) se agarram como se fosse a última tábua de salvação. Não é sempre que se consegue romper acordos de cavalheiros estabelecidos com tanta firmeza entre as principais potências econômicas e comerciais do planeta, e o princípio que o Brasil fez prevalecer foi político: um país quer resguardar sua soberania na medida em que reserva a si a decisão final sobre a melhor utilização de seus recursos e o caminho de seu desenvolvimento — e isto, sobre sua política econômica.

Possuído ou não por visão, o ministro da Fazenda mantém no caso da dívida externa uma continuidade que nem sempre se registra nas decisões econômicas internas. Agora, por exemplo, vai primeiro conversar com os governos da Alemanha, Inglaterra, Itália, França e Estados Unidos (a Suíça entra de quebra, já que ali está o Banco de Compensações Internacionais, uma espécie de Banco Central dos bancos centrais) e, depois de articular em termos políticos o problema da dívida (ou da moratória, como se quiser) é que se dirige aos bancos.

Poucas coisas costumam deixar os banqueiros internacionais mais furiosos do que isto: receber ordens ou sugestões de seus governos em assuntos nos quais eles, os banqueiros, se consideram absolutamente soberanos. Dada, porém, a extraordinária falta de visão política que os banqueiros mostraram ao longo de toda a crise do endividamento internacional, alguém tem de chamar a atenção para perigos que a ânsia de lucros ou *spreads* maiores não deixa ver.

Talvez a grande ironia, porém, seja o fato de que o Brasil, na prática, voluntariamente ou não, lidera um caudal de devedores. Na esteira dos nossos imponentes 108 bilhões de dólares de dívidas alinharam-se países como Vietnã ou China, Polônia ou Paraguai, México ou Iugoslávia e, principalmente, a Argentina, a que melhor se aproveitou da crise detonada pelo Brasil. As repercussões internacionais superaram provavelmente tudo o que o Brasil fez em 1964. Um momento desses tornaria imortais, no século 20, líderes como Vargas ou Perón.

Está escancarada, de qualquer maneira, a porta do oportunismo — algo da nossa melhor tradição.